

Curso completo: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos

E o fim do período de transição: do planejamento à efetiva gestão contratual

ONLINE

11 até 15 de maio de 2026

[\[LINK DE INSCRIÇÃO\]](#)

Instrutor: Thiago Bergmann de Queiroz

Analista Judiciário do TSE

1. JUSTIFICATIVA

Passado todo o período de transição, finalmente chegou o tempo de operacionalizar a Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLCA (Lei 14.133/2021). Certamente, os órgãos e entidades públicos serão cobrados pelos órgãos de controle para que passem a operar TODAS as licitações e contratações diretas com base na NLLCA. Basta ver o que foi decidido pelo TCU por meio do Acórdão 2154/2023-Plenário:

*9.1. **determinar** à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos **que apresentem ao Tribunal de Contas da União, no prazo de 30 (trinta) dias, um plano de ação com o cronograma das medidas a serem implementadas para a plena regulamentação e emprego da Lei 14.133/2021 no âmbito do Governo Federal, indicando os órgãos responsáveis e as metas a serem alcançadas;***

Assim, as cobranças tendem a aumentar. É fato que os servidores que irão operar com a NLLCA precisam se capacitar. E não somente eles: os operadores (fornecedores privados) de mercado também. Com efeito, considerando que uma licitação leva de três a seis meses para ser realizada (em média), é preciso que todos que lidam com licitações e contratos sejam preparados com a

antecedência necessária para empregar a NLLCA. Boa parte das instituições precisará “correr atrás do prejuízo”, promovendo capacitações com professores experientes e com conteúdo adequado à transição para o novo regime.

O presente curso pretende oferecer, então, os conhecimentos necessários para a adequada operacionalização dos procedimentos de contratação em todas as suas etapas, em conformidade com a nova Lei. O curso todo será também, permeado por decisões do TCU e outros Tribunais de Contas que possam ser úteis à compreensão e discussão da matéria.

Os responsáveis pedagógicos pelo evento serão os professores Sandro Bernardes e Thiago Bergmann. O primeiro é Auditor do TCU há mais de vinte anos, também ex-servidor da CGU, especialista em licitações e contratos, matéria com a qual lida desde o seu ingresso na Administração Pública. O segundo é servidor do Tribunal Superior Eleitoral, mestre em Administração, com vasta experiência na temática, executando e acompanhando de perto contratos administrativos e processos de contratações.

Em resumo, todas as etapas da contratação pública, em conformidade com a Nova Lei de Licitações, serão abordadas.

2. OBJETIVO GERAL DE APRENDIZAGEM

Ao final do curso, o participante deverá ser capaz de:

- Compreender a dinâmica dos procedimentos de contratação pública, desde o planejamento da licitação até a execução contratual, a partir do advento da nova Lei de Licitações – NLLC;
- Implementar, efetivamente, os artefatos de planejamento e de gestão contratual.

3. OBJETIVO ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

- Compreender a dinâmica das licitações e contratos públicos a partir da jurisprudência mais atual do TCU e Normativos que regem os assuntos, em especial, nova Lei de Licitações - NLL;
- Participar de modo efetivo da etapa de planejamento da contratação em conformidade com a NLL;
- Negociar as compras públicas, dominando os conhecimentos da legislação pertinente relativos à fase de seleção do fornecedor;
- gerir e fiscalizar contratos administrativos, em todas as suas etapas, desde o planejamento da licitação (elaboração dos ETPs e TRs) até a execução contratual.

4. RECURSOS METODOLÓGICOS

- **Exposição dialogada, discussões, exemplos e atividades práticas.**

5. RECURSOS DIDÁTICOS

Slides;

Indicação de leitura;

Acórdãos do TCU que sejam relacionados a NLLC;

Nova Lei de Licitações e Contratos;

Orientações normativas do Poder Executivo Federal;

Realização de atividades práticas baseadas nas disposições da NLLC..

6. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo 1 – LICITAÇÕES

1 - Contexto inicial de aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública - NLLC

Campo de Aplicação;

Fases do processo de contratação: visão geral;

A polêmica relacionada aos agentes de contratação: afinal, é possível que estes sejam exclusivamente ocupantes de cargos comissionados?

Aspectos críticos na implementação da Nova Lei de Licitações: os Acórdãos recentes do TCU.

2 - Objetivos do processo licitatório na NLLC em seus aspectos críticos

3 – Princípios na NLLC

Princípios gerais e sua aplicação;

Princípios setorializados em seus aspectos críticos.

4 – As modalidades de licitação

4.1 – Concorrências X Pregões eletrônicos: quando os empregar?

4.2 – Pregões na NLLC: o que muda e o que se mantém na realização dos procedimentos

i. Definição da qualidade do objeto pretendido: proibição de aquisição de bens “de luxo” e regulamentação aplicável (Decreto Federal 10.818/2021);

ii. Pregões reversos – entendimentos do TCU;

iii. A escolha dos modos de disputa: vantagens e desvantagens;

4.3 – Concursos: inovações da Lei 14.133/2021.

4.4 – Leilões

4.5 – A grande novidade – os Diálogos Competitivos: estrutura, funcionamento e oportunidades de uso;

i. Caberia a Estados e Municípios o uso dos diálogos competitivos?

5 - Fases das licitações

5.1. Formalidades processuais;

7.2 - Fases da licitação;

5.2.1. Preparatória:

5.2.1 – Elaborando Estudos Técnicos Preliminares em conformidade com a jurisprudência do TCU: oficinas;

5.2.2 – Elaborando Termos de Referência em conformidade com a jurisprudência do TCU: oficinas;

5.2.3. Gerenciamento de Riscos: afinal, é ou não é obrigatório?

5.2.4. Atuação dos pareceristas jurídicos e sua (possível) responsabilização;

6.3 – Fase Externa da Licitação

6.2.1 - Divulgação do edital;

6.2.2 - Propostas e lances;

6.2.2.1. Exigência de certificações

6.2.2.2. Estabelecimento de intervalos mínimos;

6.2.3 - Julgamento;

6.2.4.1. Exigência de amostras, provas de conceito, prototipação e outros requisitos comprobatórios de qualidade do produto ou serviço;

6.2.4.2. Empate de propostas de preço;

6.2.4.3. Possibilidade de ajustes nas propostas enviadas com erro;

6.2.4 - Habilitação: jurídica, fiscal, técnica, econômico financeira e outros aspectos específicos;

6.2.4.1 – Exigências de habilitação X Requisitos de contratação

6.2.4.2 – Envio de documentação complementar de acordo com a NLLC: qual o limite aplicável?

6.2.5 – Os recursos e sua operacionalização como “fase” do processo licitatório

6.2.6 - Homologação;

7 - Anulação e/ou revogações: deveres ou faculdades?

8 – Contratações Diretas

9.1 – Dispensas X inexigibilidades: os sentidos foram mantidos?

9.2 - O que muda e o que se mantém quanto às principais hipóteses de contratações diretas: análise dos casos legais e da jurisprudência (ainda) aplicável do TCU;

Módulo 2 – CONTRATOS

11 - Contratos administrativos

11.1 Como construir os contratos com a 14.133/2021 ? Exemplos de cláusulas de modo de execução, modelo de fiscalização e gestão e critérios de pagamento.

11.2 Cláusulas obrigatórias: principais inovações

11.3 A transparência na formalização de contratos e seus aditivos

11.4 Reequilíbrio, reajuste, repactuação dos contratos segundo a Nova Lei de Licitações e entendimentos do TCU;

12. Garantias contratuais

12.1 O que muda ?

13. Prazos Contratuais

13.1 Tipos de contratos x prazos contratuais

13.2 Procedimentos aplicáveis na prorrogação dos contratos

13.3 Como fazer (ou não) a verificação da vantajosidade na renovação ?

14. Execução contratual

14.1 O “novo” contrato administrativo: tendência à consensualidade?

14.2 O casamento entre a execução contratual e a disponibilidade orçamentária e financeira

14.3 Atribuições do fiscal do contrato: responsabilidades e o processo de indicação

14.4 Inadimplência das obrigações trabalhistas e previdenciárias sob a ótica da NLLC e a jurisprudência atual do TCU

14.5 A importância dos instrumentos de medição de resultados e sua junção com as sanções

15. Alterações contratuais

15.1 Hipóteses

15.2 Instrução processual: o que fazer

15.3 Alterações em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra

15.4 Uso do apostilamento

15.5 Causas de extinção dos contratos e suas repercussões

16. Recebimento do objeto e pagamento

16.1 O que muda no recebimento dos objetos

16.2 Procedimentos de pagamento

16.3 A importância do cronograma de pagamentos

16.4 É possível o pagamento antecipado de despesas?

Instrutor: Thiago Bergmann de Queiroz - Analista Judiciário do TSE
Mestre em Administração, área de concentração Finanças, pela Universidade de Brasília. Bacharel em Ciências Contábeis e licenciado em Matemática também na Universidade de Brasília. Analista Judiciário, especialidade Contabilidade, no tribunal Superior Eleitoral com atuação nas áreas de auditoria e de licitações e contratos. Atua na Gestão de Atas de Registro de Preços, nos contratos de prestação de serviços de alocação de postos de serviços e contratos com

formação de preços diferenciados. Professor com atuação na Educação básica e Superior, nas modalidades presenciais e à distância, e em cursos preparatórios para vestibulares e concursos.

INVESTIMENTO POR CURSO – ONLINE

- **Investimento Individual: R\$ 2.490,00**
- **Investimento para 03 ou 04 participantes: R\$ 2.420,00 / inscrito**
- **Investimento para 05 até 07 participantes: R\$ 2.350,00 / inscrito**
- **Investimento para 08 ou mais participantes: R\$ 2.270,00 / inscrito**

Incluso: Material didático online e certificado de participação.

DATA E HORÁRIO

Data: 11 até 15 de maio de 2026

Horário: 08h30 às 12h30 (horário de Brasília)

Carga horária: 16 horas

Modalidade: On-line – 100% ao vivo e gravação por 8 dias

REQUISITOS RECOMENDADOS PARA PARTICIPANTES DA TURMA ONLINE

Computador: Utilize um dispositivo com bom desempenho.

Conexão de Internet: Opte por uma conexão via cabo ou um Wi-Fi de alta qualidade, com velocidade mínima recomendada de 10 Mbps.

Equipamentos: É preferível ter Webcam e microfone/fones de ouvido.

Navegador: Recomendamos o uso do Google Chrome. Caso não seja possível, verifique se possui as versões mais atualizadas do Mozilla Firefox ou Internet Explorer.

Importante: O não atendimento a estas especificações mínimas poderá comprometer a qualidade da transmissão (áudio e vídeo).

ACESSO E GRAVAÇÃO

Após a inscrição e confirmação do pagamento, o participante receberá, por e-mail, as instruções de acesso ao ambiente virtual e à plataforma de videoconferência até 1 (um) dia útil antes do início do curso.

- **Gravação do Curso:** Verifique se o curso será gravado. Se sim, a gravação ficará disponível aos participantes por 8 dias corridos no Portal do Aluno, acessível através do site da Supreme Treinamentos <https://ead.supremetreinamentos.com.br/login/index.php>

DADOS CADASTRAIS E FORMAS DE PAGAMENTO

Formas de Pagamento: Depósito Bancário/PIX, Nota de Empenho, Ordem ou Autorização de Fornecimento.

SUPREME CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO LTDA

CNPJ: 34.370.234/0001-42

Inscrição Estadual: 0792988500147

Telefones: (61) 3962-4401 / (61) 98355-6825

Dados Bancários

Banco do Brasil

Código do banco: 001

Nº da Agência: 1230-0

Conta Corrente: 58256-5

Banco: Santander

Código do banco: 033

Nº da Agência: 3100

Conta corrente: 13.004691-2

Para informações sobre Declarações, documentos e certidões legais da Supreme, acesse: <https://www.supremetreinamentos.com.br/certidao>

Observação: Temos outras informações e documentação disponíveis para auxiliar na instrução do seu processo de dispensa e inexigibilidade.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

A inscrição de órgãos ou empresas deve ser confirmada com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência da data de início do curso. Isso deve ser feito por meio de depósito bancário/PIX, nota de empenho, ou autorização/ordem de serviço devidamente assinada e carimbada pelo ordenador de despesa. Caso seu prazo tenha vencido, pedimos que entre em contato conosco.

Supreme Treinamentos

www.supremetreinamentos.com.br

☎ **Telefones:** (61) 3962-4401 - (61) 98355-6825 (WhatsApp)

E-mails: inscricao@supremetreinamentos.com.br;

diretoria@supremetreinamentos.com.br;

coordenacao@supremetreinamentos.com.br

Faça sua inscrição!

A Supreme Treinamentos, está cadastrada no sistema de Cadastramento de fornecedores – SICAF

CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO:

- A Supreme reserva-se o direito de **adiar ou cancelar** o curso em até **2 (dois) dias úteis** para cursos online e **5 (cinco) dias úteis** para cursos presenciais, caso haja insuficiência de inscrições.
- O participante deve ter, no mínimo, **75% de presença** no curso. Caso participe menos deste percentual, **não receberá o certificado**.
- A Supreme pode substituir o docente por motivos de força maior.
- **Atenção:** Antes de adquirir passagens aéreas ou efetuar o pagamento de hospedagem, confirme previamente a realização do curso presencial.

CANCELAMENTO POR PARTE DO TREINANDO

- O cancelamento da inscrição pode ser realizado até **3 (três) dias úteis** antes do curso online e **5 (cinco) dias úteis** antes do curso presencial.
- Após esse prazo, a substituição do participante ou a solicitação de crédito no valor da inscrição deverá ser feita.
- A substituição do participante pode ser realizada até o dia anterior ao início do curso.

MODALIDADE IN COMPANY

Realizamos este curso e outros também na modalidade In Company (online e presencial)

Entre em contato conosco!